

POLÍTICAS NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER: A REDE CEGONHA

Quézia Meldola Pereira
Gabriela Thome da Cruz de Oliveira
Jennifer Hostins
Pedro Henrique Gaia Mendes
Rodolfo Luiz da Silva Gambin
Rita de Cassia Teixeira Rangel

RESUMO: Introdução: No processo histórico da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM) foi instituído, em 2011, a Rede Cegonha, como prioridade da Rede de Atenção à Saúde do SUS. **Objetivo:** Discorrer acerca das ações da rede cegonha enquanto política pública. **Metodologia:** O percurso metodológico para alcance das reflexões se deu a partir de intensa leitura acerca da temática, incluindo as atuais políticas vigentes para a articulação do cuidado, considerando, primordialmente, as diretrizes nacionais instituídas. **Resultados:** A PNAISM elaborou princípios e diretrizes para orientar a atenção à saúde da mulher, como o pacto da garantia dos direitos humanos e a redução da morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis. Dentre os eixos de política de atenção a saúde feminina, destaca-se o eixo de Atenção obstétrica, com a finalidade de prevenir a Mortalidade Materna, minimizar a precariedade da atenção obstétrica, e ao abortamento de risco. O Ministério da Saúde propôs a organização dos sistemas de saúde sob a forma de redes integradas, para garantir atenção integral, efetiva e eficaz. A Rede Cegonha tem por objetivo promover atenção a saúde materna infantil, articular os diferentes pontos de atenção como o ambulatório de alto risco e a maternidade; garantir o acolhimento com classificação de risco; ampliar o acesso e a qualidade do pré-natal; vincular a gestante à unidade de referência; garantir as boas práticas e segurança na atenção ao parto e nascimento; garantir da atenção à saúde das crianças com qualidade e resolutividade; e garantir acesso às ações do planejamento reprodutivo, a fim de reduzir a mortalidade materno infantil. **Considerações Finais:** Apesar da execução das ações da política da mulher e da Rede Cegonha, é perceptível a falta de alinhamento nos cenários de práticas, uma vez que o atendimento no pré-natal, no parto e no puerpério ainda carece de cobertura de qualidade e de humanização do cuidado. Dados traduzidos pelos índices elevados de mortalidade materna e infantil, número reduzido de consultas pré-natais, além da medicalização excessiva, alto índice de cesáreas e parto via vaginal instrumentalizado. Dessa forma, compreende-se que a atenção obstétrica no Brasil necessita de adequações práticas, explicitadas na Política vigente, para que então, as ações possam ser desenvolvidas integralmente, buscando progredir os indicadores de saúde e a qualidade de vida das mulheres que usufruem do Sistema Único de Saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Rede Cegonha. Saúde da mulher. Política pública.